



**A Educação Contábil no Contexto da Reestruturação Produtiva e da
Flexibilização do Trabalho: análise de um projeto pedagógico**

Anderson Martins Cardoso
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
andersonmar@yahoo.com.br

Lorraine Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
silva.lorraine@hotmail.com

Resumo

O objetivo principal desta pesquisa realiza-se no intuito de aprofundar a discussão do papel da educação, particularmente a educação superior de Contabilidade no contexto da reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, considerando as novas demandas e políticas educacionais pertinentes ao modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa, e para atingir o objetivo proposto o método escolhido foi a análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública brasileira. Neste artigo, o PPP é discutido com base nas análises conjunturais abordadas pelo sociólogo e pesquisador Ricardo Antunes que se destaca por suas pesquisas sobre o trabalho e as condições dos trabalhadores nas novas dimensões da reestruturação produtiva no capitalismo global. De forma geral, a pesquisa mostrou que o PPP do curso de Contabilidade da instituição analisada procura atender à grande parte das demandas de mercado, ao menos em termos formais, e que a instituição se preocupa em revisar constantemente seu PPP na tentativa de abarcar as necessidades sociais que vão surgindo na profissionalização do contador. A pesquisa também apontou que os Projetos Políticos Pedagógicos precisam oferecer as ferramentas necessárias para que os futuros contadores adquiram capacidade de enfrentar os paradigmas do capitalismo, formulando explicações e interpretações holísticas que ultrapassem os limites estritamente contábeis, visto que essa capacidade tornou-se imprescindível e relevante na atual conjuntura política e econômica do mercado globalizado.

Palavras-chave: CONTABILIDADE. EDUCAÇÃO. PPP. GLOBALIZAÇÃO.

Introdução

Nos seus estudos sobre a dinâmica da globalização, estágio supremo da internacionalização do capital, Santos (2002) reitera que historicamente o processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos XVII e XVIII, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria nos fins do século XIX e agora adquire mais intensidade, mais amplitude e novos contornos. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca (técnica, comercial, financeira e cultural), onde a produção e a



CONGRESSO UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade



informação globalizadas permitem a emergência do lucro em escala mundial, buscado pelos grupos empresariais globais e também pelas grandes firmas.

Nesse contexto mundial de globalização e conseqüente reestruturação do mundo produtivo, a contabilidade, por ser uma ciência social influenciada pelo modelo político, econômico e social ao qual está inserida, foi ganhando importância como ferramenta primordial na avaliação da situação econômica e financeira das entidades empresariais e também na organização e produção de informações econômicas e financeiras para os diversos agentes tomadores de decisão. Num processo contínuo de aprimoramento, comum a todas as ciências, nasceu a necessidade de crescente e irreversível internacionalização das normas contábeis, que vem levando diversos países ao processo de convergência a um padrão que seja aceito globalmente, no intuito de tornar comparáveis as informações contábeis divulgadas por diversos países ao mercado (AZEVEDO, 2010).

Ratificando interesses de órgãos internacionais que tratam da matéria contábil, o Brasil promulgou a Lei nº 11.638 de 2007, juntamente com a Lei 11.941 de 2009, que alteraram substancialmente a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), exigindo que todas as empresas brasileiras de capital aberto e outras de grande porte apresentem seus demonstrativos financeiros elaborados segundo as Normas Internacionais de Contabilidade (do inglês IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Essas mudanças nas práticas contábeis estão exigindo, para além das organizações empresariais, que universidades, institutos e faculdades ligados à pesquisa e ensino da matéria contábil se atualizem, propiciando as condições necessárias para o correto alinhamento das normas brasileiras de contabilidade com as inovações trazidas pela convergência ao padrão internacional que se baseia, a priori, muito mais em princípios do que em regras contábeis, o que exige um novo perfil profissiográfico, abrangendo competências e habilidades curriculares específicas, gerando assim novas demandas para a educação e o ensino da contabilidade no Brasil, o que aponta para a seguinte questão de pesquisa: **Considerando a conjuntura de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho e conseqüentemente, as novas demandas para a educação superior de Contabilidade que vão se formando, podemos afirmar que a universidade pública está qualificando futuros profissionais contadores para o desempenho satisfatório de sua função social?**

Neste sentido, o objetivo principal desta pesquisa, além de possibilitar um posicionamento científico e investigativo e o desenvolvimento de pesquisas na área da educação contábil, realiza-se no intuito de aprofundar a discussão do papel da educação, particularmente a educação superior contábil no nível de graduação, no contexto de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho e as novas demandas e políticas educacionais pertinentes ao modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Assim, necessita enfatizar como a implantação das inovações técnicas e/ou organizacionais, que visam o maior controle do processo de trabalho, corrobora na intensificação da exploração da força de trabalho e, em decorrência disso, de acordo com Kuenzer (1998) vai-se formando demandas para a educação que atendem a esta nova forma de organização e gestão do mundo do trabalho que, por sua vez, atendem as necessidades da acumulação capitalista.

Como objetivos específicos, foram propostos inicialmente, conceituar e analisar a reestruturação produtiva/acumulação flexível do capital, intensificada a partir da crise de 1970, atentando-se para os reflexos nas políticas educacionais deflagradas a partir da década de 1990.





Concomitantemente, analisou-se as competências exigidas no modelo taylorista/fordista e as mudanças requeridas para o toyotista/flexível, na tentativa de formular uma tese relacional entre a formação acadêmica recebida com as competências técnicas demandadas pelo novo modelo de profissionalização contábil, voltados ao padrão internacional de contabilidade. Finalmente, discutiu-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior pública, considerando as questões relativas ao papel da educação contábil no modelo atual de acumulação flexível e flexibilização do trabalho, conforme exposto nas teses do sociólogo e pesquisador Ricardo Antunes.

Nesta perspectiva, os potenciais resultados deste estudo poderão fornecer, por meio da confrontação teórica de estudos realizados, uma contribuição para a análise e entendimento da educação superior de contabilidade e as mudanças metodológicas da prática do ensino de contabilidade que, conforme exigido pelo modelo flexível, deverá oferecer as ferramentas necessárias para que os mesmos adquiram capacidade de enfrentar os paradigmas do capitalismo, formulando explicações e interpretações holísticas que ultrapassem os limites estritamente contábeis, visto que essa capacidade tornou-se imprescindível e relevante na atual conjuntura política e econômica do mercado globalizado.

Para tornar mais didática esta pesquisa, optou-se por uma divisão metodológica de estudo e análise em macro categorias, a saber: (i) do ponto de vista da economia é a internacionalização do capital; (ii) a reestruturação produtiva como forma de organizar o trabalho e (iii) as implicações no campo da educação contábil.

Quanto aos procedimentos para análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) vigente em 2013, esta pesquisa se classifica neste aspecto, como documental (GIL, 2002), envolvendo a análise de material que ainda não recebeu tratamento analítico para fins de pesquisa acadêmica.

De uma maneira geral, este estudo possui principalmente como fatores limitantes, a análise documental do Projeto Político Pedagógico de apenas uma instituição de ensino, também a possibilidade de vieses no estudo e dificuldade de generalização.

2. Discussão Teórica

2.1 Da Reestruturação Produtiva e Flexibilização do Trabalho

Depois de longo período de acumulação de capitais proporcionado pelo apogeu do modelo taylorista e fordista de produção, o capitalismo a partir dos anos 70 do séc. XX, de acordo com os estudos de Antunes (2009) começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram o próprio esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava devido ao desemprego estrutural que então se iniciava, e também a queda da taxa de lucro causada principalmente pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-1945 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 1960 que, também segundo Previtali (2003), resultou mais adiante no crescimento da resistência da classe trabalhadora à intensificação e ao controle, o que dificultou o crescimento da produtividade e, portanto, o aumento do lucro.

Nesse contexto, várias outras alterações na dinâmica do capital foram ocorrendo, dentre outras, podemos destacar o crescimento do capital financeiro que começou a ganhar autonomia



frente aos capitais produtivos, sendo projetado como uma área prioritária para a especulação nessa nova fase de internacionalização do capital, e também uma maior concentração de capitais devido às fusões e aquisições entre as empresas monopolistas e oligopolistas. Ressalta-se também a crise do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a chamada crise fiscal do Estado e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado, percebido pelo acentuado aumento das privatizações, como consequência das desregulamentações e flexibilizações do processo produtivo, dos mercados e da própria força de trabalho (ANTUNES, 2009).

Já o grande deslocamento do capital para as finanças, destaca Antunes (2009), se deu em consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, o surgimento de excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970.

Como resposta à crise que se acentuava, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo com a privatização crescente do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. Paralelamente a isso, houve um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com o intuito de alavancar novamente o capital para níveis de crescimento alcançados durante o ciclo expansionista do pós-guerra (ANTUNES, 2009).

Percebe-se então que, devido a esta crise no modelo de acumulação de capital taylorista/fordista, começou-se a desenvolver uma nova via que atendesse às necessidades do capital, reorganizando o processo produtivo, visando maior controle sobre o processo de trabalho. Este novo modelo, chamado de acumulação flexível (HARVEY, 1992), começa a ser desenvolvido nas décadas de 1980 e 1990 reestruturando o processo produtivo de diversos setores industriais, através da introdução de um conjunto de inovações técnicas e/ou organizacionais no processo de trabalho, novas formas de gestão da força de trabalho, novas relações interfirmas ao longo da cadeia produtiva mediante estratégias de desverticalização, terceirização e subcontratação (PREVITALI, 2003), ou seja, a reestruturação produtiva tem como finalidade assegurar a expansão e acumulação do capital pelo intenso controle do processo de trabalho, e como consequência, intensa exploração da classe trabalhadora.

Essas mudanças, evidentemente, exigiram que o mundo do trabalho fosse continuamente alterado para suprir novas necessidades e não por acaso, o modelo de profissionalização do trabalhador também passou por profundas modificações, justificando a preocupação atual que ainda se tem em qualificar profissionais capazes de lidar com as diversas formas de trabalho, e o profissional de contabilidade por esta razão, está entre as profissões que mais impactos sofreu na sua forma de trabalho tanto estrutural quanto conceitual, por estar diretamente ligada ao mercado.

2.2 Da Educação, Trabalho e do Projeto Político Pedagógico

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e



transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 15). Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do sistema de classes.

Partindo dessa contradição, segundo o educador Freire (2008) ela pode ser superada na educação descrita problematizadora ou libertária, posto que nessa a aprendizagem torna-se uma pesquisa em que o discente passa de uma visão “sincrética” ou global do problema a uma visão “analítica” do mesmo, através de sua teorização, para chegar a uma “síntese” provisória, que equivale à compreensão. Desta apreensão ampla e profunda da estrutura do problema e de suas consequências nascem “hipóteses de solução” que obrigam a uma seleção das soluções mais variáveis, onde a síntese tem continuidade na práxis, isto é, na atividade transformadora da realidade, que é o trabalho humanizado, trabalho entendido nesse caso como princípio educativo (FREIRE, 2008).

Diante o exposto, precisamos entender algumas mudanças ocorridas no campo da educação, para tanto temos que entender primeiramente o que são os projetos pedagógicos de educação e qual o seu papel atual, e conforme Kuenzer (1988) elucidou, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) de uma dada sociedade em uma dada época não nascem da cabeça de seus intelectuais, contudo esses intelectuais participam da sistematização, daquilo que a sociedade põe para a escola/instituição como projeto pedagógico, posto que os projetos pedagógicos emergem das relações sociais e produtivas, a medida em que, das necessidades da produção resultam as necessidades da formação daqueles que vão desempenhar quer a função de intelectuais, quer a função de trabalhadores operacionais em dada sociedade (KUENZER, 1988).

Portanto, não há como entender historicamente a gênese dos projetos pedagógicos sem entender a sua origem, da onde vêm e por que eles mudam, sendo que eles não mudam porque queremos, eles mudam porque a materialidade do processo produtivo passa a exigir pessoas com perfis diferentes, perfis esses que incluem a educação profissional também, mas incluem principalmente a formação de uma concepção de mundo (ideologia) que esteja adequada ao tipo de produção que é hegemônica nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas (KUENZER, 1988).

Para compreender as relações entre educação e trabalho a partir deste contexto, podemos afirmar que estamos vivendo um momento privilegiado historicamente (KUENZER, 1988), porquanto acabamos de ultrapassar a partir dos anos 1990 a hegemonia de uma organização fordista com base nos princípios da organização taylorista do trabalho para o que se convencionou chamar de acumulação flexível, ou seja, um novo modo de organizar a produção a partir das características do capitalismo contemporâneo que negam as formas anteriores, as quais não desaparecem, porém deixam de ser hegemônicas, e passam a ser substituídas, em parte, por uma nova forma de organização e gestão do trabalho que incorpora as formas anteriores (tayloristas/fordistas), mas a partir de uma outra lógica de acumulação, e em decorrência vão surgindo demandas para a educação que atendem a esta nova forma de organização e gestão do mundo do trabalho que por sua vez atendem às necessidades da acumulação capitalista (KUENZER, 1988).

Percebemos então que para o capital cumprir seu objetivo principal de valorização do valor ou busca pelo lucro, é necessário estar em constante transformação, no sentido de possuir maior controle sobre o processo produtivo e de trabalho e assim elevar a produtividade e a geração de valor através da introdução de um conjunto de inovações técnicas e/ou



organizacionais. Essas reestruturações, evidentemente, atingem a contabilidade e, portanto, a análise das mudanças ocorridas no modelo capitalista de produção oferece uma compreensão mais universal sobre as atuais alterações ocorridas na forma de apresentar as informações financeiras das entidades empresariais, advindas da convergência da contabilidade brasileira ao padrão internacional e também de se entender e praticar a contabilidade contemporânea (ARAÚJO, SANTANA E CARNEIRO, 2009).

2.3 A Contabilidade Hoje: padrão internacional e os desafios da educação contábil

Por meio de intensas observações e análises, Marx (2008) destacou que o capital tem como uma de suas principais características o constante revolucionamento das forças produtivas, que possibilitem a criação de bens e serviços para atender todas as necessidades da sociedade, sejam individuais, coletivas, familiares, do governo ou entidades empresariais. Contudo, a dinâmica de criar bens e serviços capazes de atender todas as necessidades da sociedade apenas se realiza se estes forem mercadorias, ou seja, se tudo o que for produzido possuir valor de troca, criando assim a possibilidade de reconhecimento, mensuração e evidência, conforme critérios próprios da Contabilidade.

De acordo com Araújo, Santana e Carneiro (2009) a Contabilidade tem como um de seus objetivos o fornecimento de informações úteis aos seus usuários para a tomada de decisões e, com advento da globalização, da expansão do mercado de capitais e da inserção de novas tecnologias no mercado, tanto a quantidade como a qualidade dessas informações exigem uma adequada formação para que os profissionais da área contábil estejam aptos a fornecê-las, dada a sua multidisciplinaridade para a tomada de decisões, que exigem conhecimentos gerais, específicos e capacidade analítico-crítica.

Nas suas análises, Araújo, Santana e Carneiro (2009) afirmam que a educação oferecida na universidade para os estudantes no intuito de atender a essa nova demanda em construção não deve se limitar à transmissão de conhecimentos teóricos e práticos, mas a formação de um cidadão crítico. Não obstante, é preciso desenvolver competências e habilidades a fim de satisfazer às exigências do mercado atual que, ao contrário do velho modelo taylorista/fordista, busca uma mão-de-obra multiquificada, e paralelamente, busca também especialistas capazes de pensar constantemente as devidas adequações necessárias para manter a engrenagem capitalista em funcionamento.

A adequada formação dos Contabilistas, concluem Araújo, Santana e Carneiro (2009), só será possível com a utilização de métodos de ensino que estimulem a participação ativa de seus alunos e que possibilitem o desenvolvimento de novas habilidades e competências, visto que o contador tem o seu perfil profissional constantemente alterado em razão das mudanças ocorridas no mundo em seu âmbito político, econômico e social.

Nessa perspectiva, Laffin (2002) argumenta que o contador necessita agir para além dos processos de escrituração e emissão dos demonstrativos contábeis e nesse sentido, requer um profissional capaz de articular as competências de sua área de atuação às necessidades do contexto organizacional em novas dimensões. Podemos então concluir que os fenômenos econômicos e sociais que determinam a reestruturação dos ambientes de produção de bens e serviços por meio dos avanços tecnológicos que ampliam as formas de comunicação exigem competência profissional nas mais diferentes áreas do trabalho (LAFFIN, 2002).



A educação na área de contabilidade, assim apontado por Azevedo (2010), está ainda presa à memorização de conhecimentos e no domínio de conteúdos em detrimento do desenvolvimento de habilidades e atitudes dos estudantes como forma de enriquecer suas vidas e torná-los bem sucedidos. É sabido que a Contabilidade como ciência sócio-econômica tem delimitado seu objeto de estudo que é o patrimônio, porém é através da amplitude de entendimentos sobre o patrimônio, sobre a sua constituição histórica, assim como o resultado de sua manipulação no modelo de sociedade vigente que o contador poderá contribuir com os processos de aprendizagem organizacional em contextos de imprevisibilidade. Ao ampliar sua competência técnico-formal por meio de uma formação plena, mais abrangente, ampliará a dimensão substantiva do seu trabalho no espaço organizacional, tendo como consequência possível a racionalização e o questionamento do modelo de produção, gestão do trabalho humano e geração de valor.

Portanto, para superar as deficiências históricas impostas pelo modelo de educação taylorista/fordista, Laffin também argumenta:

[...] somente pela via crítica essa distorção será corrigida, posto que o homem somente poderá ser concebido como multidimensional quando possuir autonomia para compreender a organização e as suas ações no contexto em que se insere. É essa consciência dos seus atos, no seu cotidiano, obtida pelos processos de aprendizagens, que permite ao homem multidimensional o desenvolvimento para novas e contínuas aprendizagens (2002, p. 19).

Proporcionando as condições reais de enquadramento da carreira de contabilidade no rol das profissões mundialmente necessárias para a solução dos conflitos empresariais, econômicos e sociais gerados pelo capitalismo globalizante.

3. O Estudo de Caso

3.1 Dos Aspectos Metodológicos

Nesta pesquisa o método de abordagem predominante é o dialético posto que este penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade (MARCONI e LAKATOS, 2010).

Por sua vez, o método de procedimento escolhido para esta pesquisa é o estudo de caso, segundo Lüdke e André (1986) o estudo de caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo, o interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações (LÜDKE E ANDRÉ, 1986).

É também um estudo qualitativo, por este possuir maior capacidade de esclarecer o emaranhado de relações de causalidade e de inter-relações de um universo particularmente fluido como é o campo educacional, e de acordo com Gil (2002) é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e profunda, procurando revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação ou problema, um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa.



O instrumento de investigação escolhido é a análise documental, posto que esta técnica busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). A importância de determinar os focos da investigação e estabelecer os contornos do estudo decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado. A seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte são, pois, cruciais para atingir os propósitos do estudo de caso e para chegar a uma compreensão mais completa da situação estudada.

4. Resultados da Pesquisa

4.1 Da Análise do Projeto Político Pedagógico da FACIC/UFU

Segundo Veiga (1998) o Projeto Político Pedagógico (PPP) é considerado um documento coletivo por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, ou seja, aos interesses reais e coletivos da população majoritária. É também político no sentido do compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade e pedagógico por definir as ações educativas e as características necessárias às instituições de cumprirem seu propósito e sua intencionalidade, que na universidade é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Nesse sentido, o PPP deve ser entendido como a sistematização de um processo de planejamento participativo que se aperfeiçoa e se concretiza na continuidade de sua execução, pois é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade (VEIGA, 1998).

A discussão do projeto político pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção da educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não dispensa uma reflexão sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica. Enquanto instrumento de ação política, o projeto pedagógico deve estar sintonizado com uma nova visão de mundo, traduzir as inovações da ciência e da educação, a fim de garantir uma formação global e crítica dos envolvidos no processo, preparando-os para o pleno exercício da cidadania, formação profissional e desenvolvimento pessoal (VEIGA, 1998).

No caso específico da Educação Contábil, o Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC) promulgou a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de bacharelado em Ciências Contábeis, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Em seu artigo 2º, o documento revela a preocupação em atribuir autonomia e flexibilidade ao ensino, apresentando proposta de alteração dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil.

Nesse sentido, as IES deverão estabelecer a organização curricular para os cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Político-Pedagógico (PPP), com descrição dos seguintes aspectos: I) perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades; II) componentes curriculares integrantes; III) sistemas de avaliação do estudante e do curso; IV) estágio curricular supervisionado; V) atividades complementares; VI) monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como componente opcional da instituição; VII) regime acadêmico de oferta; VIII) outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

De acordo com o PPP da instituição analisada, o curso de Ciências Contábeis está abrigado na Faculdade de Ciências Contábeis - FACIC, Unidade Acadêmica originada do



CONGRESSO UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade



antigo Departamento de Ciências Contábeis, cuja origem anterior é a Faculdade de Ciências Econômicas, uma das unidades embrionárias da própria Universidade Federal de Uberlândia (MG). Portanto, a atual Faculdade de Ciências Contábeis é uma das mais antigas da UFU, com história ao longo dos seus 50 anos de existência. Atualmente, além do curso de graduação em Ciências Contábeis Noturno e Integral, a FACIC implantou no ano de 2013 o curso de pós-graduação *strictu sensu*, na modalidade mestrado acadêmico, contando até o ano de 2013 com um corpo discente total de aproximadamente 850 estudantes.

Também é destacado no documento que os princípios norteadores dos projetos pedagógicos no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), aprovados pela Resolução 02/2004 do CONGRAD (Conselho de Graduação), orientaram todas as discussões e alterações desencadeadas no PPP em vigor na Faculdade de Ciências Contábeis – FACIC/UFU, as quais se fundamentaram basicamente nos seguintes pontos:

- a) contextualização e discussão dos conhecimentos de forma crítica;
- b) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de modo a desenvolver, nos estudantes, atitudes investigativas e instigadoras de sua participação no desenvolvimento do conhecimento e da sociedade como um todo;
- c) interdisciplinaridade e articulação entre as atividades que compõem a proposta curricular, evitando-se a pulverização e a fragmentação de conteúdos;
- d) flexibilidade curricular com a adoção de diferentes atividades acadêmicas de modo a favorecer o atendimento às expectativas e interesses dos alunos;
- e) rigoroso trato teórico-prático, histórico e metodológico no processo de elaboração e socialização dos conhecimentos;
- f) a ética como orientadora das ações educativas; e
- g) o desenvolvimento de uma prática de avaliação qualitativa do aprendizado dos estudantes e uma prática de avaliação sistemática do Projeto Pedagógico do curso de modo a produzir ressignificações constantes no trabalho acadêmico.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FACIC/UFU contempla de forma satisfatória todos os requisitos formais requeridos na Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 do MEC tais como grade curricular, caracterização do perfil dos egressos em termos de competências e habilidades, componentes curriculares, trabalho de conclusão de curso (TCC) e regime acadêmico de oferta.

A descrição dos aspectos do PPP que as IES devem seguir mostra uma clara preocupação em formar profissionais qualificados, e as alterações em decorrência das mudanças curriculares têm sido hoje uma prática comum nas universidades no anseio de se adequarem às novas demandas que vão surgindo a partir dos contextos políticos, econômicos e culturais da sociedade globalizada.

Também nesse aspecto, o PPP analisado destaca que seu projeto pedagógico é a finalização somente de uma etapa, pois que a melhoria do currículo, em todas as áreas, mas particularmente da área contábil que sofre influência direta tanto de economias transnacionais como locais, demandará revisões em futuro não muito distante.



Diante o exposto, vê-se que educar na diversidade globalizante constitui um desafio de superar a postura individual em favor de um projeto coletivo, no qual a formação continuada emerge como eixo norteador de múltiplas atividades, onde a implementação do PPP é condição para que se construa a identidade da IES, como um espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento e da cidadania (GUIMARÃES et al., 2009).

Outro ponto interessante observado no PPP analisado foi a exclusão de algumas disciplinas da área de Ciências Sociais, tais como História Econômica, Geografia Econômica e Sociologia, por considerar que tais conteúdos são vistos no ensino médio e suficientes para que o aluno se desenvolva no curso, conforme justificativa constante no PPP da instituição.

Sobre a exclusão dessas disciplinas, não é objetivo deste trabalho uma análise aprofundada, mas é possível inferir que a interdisciplinaridade e também a transdisciplinaridade podem não estar sendo contempladas de forma satisfatória no quesito sobre as competências e habilidades, posto se tratar de disciplinas indispensáveis ao profissional contábil atual para que o mesmo seja dotado de uma visão holística e interdisciplinar de sua atividade, de forma a compreender a realidade de modo global, bem como articulado com outras áreas do conhecimento (LAFFIN, 2002).

Reforçando esta perspectiva, Guimarães et al. (2009) reiteram que os desafios científicos e tecnológicos têm quase sempre caráter interdisciplinar e somente podem ser acertadamente resolvidos por equipes de profissionais de diversas áreas. Para garantir sua empregabilidade, o profissional precisa ter ampla noção do mundo, sem se isolar em especializações que, embora lhe permitam exercer a profissão, negam-lhe a competência exigida pelo mercado de trabalho globalizado.

Entretanto, essas exclusões, conforme justificado no PPP analisado, resultou em um aumento considerável da carga horária de disciplinas específicas da área contábil, tornando possível o ensino de conteúdos até então não contemplados no curso e cuja importância é referendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's).

Dos conteúdos relacionados à tecnologia de informação, o PPP discutido possui em suas ementas disciplina voltada ao ensino de informática básica aplicada à contabilidade, e também laboratório contábil 1 e 2 como substituto do estágio supervisionado, onde o estudante tem a possibilidade de interagir com sistemas gerenciais de contabilidade. No entanto, não há conteúdos voltados ao aprendizado de gestão da informação, princípios de programação/computação, lógica e sistemas de informação, mesmo sendo sabido que grande parte dos profissionais formados em Contabilidade deverão ser analistas de sistemas gerenciais de contabilidade e não apenas operadores desses sistemas.

5. Considerações Finais

A análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) teve como pontos principais as ementas e os objetivos das disciplinas que compõem a grade curricular, observando se estão em conformidade com as características exigidas do egresso para atuar no mercado de trabalho cada vez mais fragmentado, em decorrência das diversas formas de trabalho existentes na atualidade, como o trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, com vínculo à economia informal e ao setor de serviços (SACHUK e SHINZAKI, 2007).



Laffin (2002) argumenta que na contradição existente entre uma nova organização do processo de trabalho caracterizado pela reestruturação produtiva e um trabalhador flexível/polivalente demandado pela flexibilização da produção e do trabalho, situa-se como demanda do capitalismo contemporâneo a superação de formas fragmentadas de educação, que baseadas no modelo taylorista/fordista, atava o trabalhador a uma e exclusiva ocupação parcelarizada por toda a sua vida. Não por acaso impõe-se agora, como necessidade do próprio capital, substituir esse trabalhador taylorista/fordista pelo trabalhador multitarefa ou chamado trabalhador flexível.

Nesse contexto, pode-se dizer que o Projeto Político Pedagógico analisado reflete, mesmo de forma insipiente, conteúdos voltados à discussão e análise dos sistemas produtivos taylorismo/fordismo e toyotismo e suas consequências no mundo do trabalho, através das disciplinas Sistemas Administrativos, Administração de Operações e Gestão Empresarial.

Conclui-se ainda, em termos gerais, após análise das ementas e dos objetivos das disciplinas que compõem a grade curricular do curso, que o projeto político estudado contempla parcialmente as mudanças tecnológicas ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, abarcando de maneira pouco significativa as competências e habilidades relacionadas às tecnologias de informação, tão necessárias e presentes em todos os tipos de estruturas produtivas atuais. No entanto, a presente pesquisa não teve como objetivo analisar o uso e importância das tecnologias de informação, para sustentar conclusões definitivas nesse quesito.

Não obstante, a pesquisa mostrou que o Curso de Contabilidade da instituição analisada procura atender à grande parte das demandas de mercado, ao menos em termos formais, e se preocupa em revisar constantemente seu Projeto Político Pedagógico na tentativa de abarcar as necessidades sociais que vão surgindo no contexto da globalização.

Do problema apresentado: “considerando a conjuntura de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho e conseqüentemente, as novas demandas para a educação superior de Contabilidade que vão se formando, podemos afirmar que a universidade pública está qualificando futuros profissionais contadores para o desempenho satisfatório de sua função social?”. Esta pesquisa não possui ainda todo o instrumental necessário para contemplar as informações requeridas para subsidiar análises conclusivas e responder satisfatoriamente essa pergunta de pesquisa.

Todavia, serve de ponto de partida para futuras pesquisas na área, devendo para tanto abranger um número maior de instituições analisadas e projetos políticos pedagógicos discutidos, também a possível aplicação de questionário dirigido para coleta de informações específicas sobre as perspectivas de estudantes, professores e outros agentes sociais envolvidos no processo de educação profissional do contador, quanto as necessidades do mercado de trabalho contemporâneo e o perfil profissiográfico mais adequado ou esperado pelo mercado.

Diante dessas considerações e retomando discussão anterior, pode-se ainda afirmar que os Projetos Pedagógicos precisam oferecer as ferramentas necessárias para que os futuros contadores adquiram capacidade de enfrentar os paradigmas do capitalismo, formulando explicações e interpretações holísticas que ultrapassem os limites estritamente contábeis, visto que essa capacidade tornou-se imprescindível e relevante na atual conjuntura política e econômica do mercado globalizado.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Adriana M. P.; SANTANA, Ana L. A.; CARNEIRO, Célia M. B. Saberes Necessários à Prática da Educação Problematicadora: a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire no curso de Ciências Contábeis. In: III CONGRESSO IAAER-AnpCONT, 10 a 12 junho 2009, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo: AnpCONT, 2009. 1 CD-Room.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6023**: informação e documentação / referências / elaboração. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 10 de março de 2013.

AZEVEDO, Renato F. L. **A Percepção Pública sobre os Contadores**: bem ou mal na foto?. São Paulo, (Tese de Mestrado), Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis. Universidade de São Paulo-FEA, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004. **Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Isac P.; SILVA, Antonio C. R. da.; GOMES, Sonia M. da S.; SLOMSKI, Vilma, G.; ARAÚJO, Adriana M. P. de. Uma Análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Bahia. In: **Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**. Braga: Universidade do Ninho, 2009. Disponível em <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/Xcongreso/pdfs/t11/t11c400.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

KUENZER, Acacia Z. **Ensino de 2º grau**. O trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

LAFFIN, Marcos. **De Contador a Professor**: a trajetória no ensino superior de contabilidade. Florianópolis, (Tese de Doutorado), Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.



CONGRESSO UFSC de
Controladoria e Finanças &
Iniciação Científica em Contabilidade



LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PREVITALI, Fabiane S. Controle e Resistência do Trabalho na Reestruturação Produtiva do Capital. In: **Idéias**. Campinas: Unicamp, 2003.

SACHUK, Maria I., SHINZAKI, Keiko. Projetos Pedagógicos dos Cursos de Ciências Contábeis: depositários ou criadores de conhecimento?. **Contabilidade Vista & Revista**, UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 18, n. 4, p. 105-128, out./abr. 2007. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/issue/view/52>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVA, Ângela M.; PINHEIRO, Maria S. de F.; FREITAS, Nara E. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2002.

VEIGA, Ilma P.A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, IlmaP. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

